



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE

Oficial de Registro: Marco Antonio Zanatta

Rua Quinze de Novembro, 1510 - Centro
Tel.: (19) 3499-1713 - Email: tdpj.sbo@gmail.com - Site:

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 20738 de 25/08/2022

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **36 (trinta e seis) páginas**, foi apresentado em 17/08/2022, o qual foi protocolado sob nº 20738, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **20738** e averbado no registro primitivo nº 397 no Livro A deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE na presente data.

Apresentante
FUNDAÇÃO ROMI

Natureza
Ata > Aditamento/alteração

Denominação da PJ: FUNDAÇÃO ROMI - CNPJ 56.720.774/0001-41

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

OCTAVIO LUIZ WAKABARA:007.144.408-41 (Padrão: ICP-Brasil)

Santa Bárbara D'Oeste, 25 de agosto de 2022

Assinado eletronicamente

ALEX FABIANO STEFANEL
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

20738



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital

1203944PJPE000008149DX223

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

ILMO. OFICIAL DELEGADO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA D'OESTE – SP.

revisão 14/12/2021

DENOMINAÇÃO	FUNDAÇÃO ROMI								
CNPJ	56.720.774/0001-41								
Endereço:	AVENIDA MONTE CASTELO 1095								
Bairro:	JARDIM PRIMAVERA	Cidade:	SANTA BÁRBARA D'OESTE			Estado:	SP		
e-mail:	owakabara@fundacaoromi.org.br				Fone:	19-3499-1552			
NESTE ATO REPRESENTADO POR:									
Nome completo:	OCTÁVIO LUIZ WAKABARA								
Nacionalidade:	BRASILEIRO			Profissão:	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS				
CPF/CNPJ:	007.144.408-41			RG/SP:	7.437.466-7				
Estado Civil:	CASADO			Existe União Estável?	(X) sim () não				
Filiação:	EIZO WAKABARA								
Filiação:	ROSA AKIKO WAKABARA								
Endereço:	AVENIDA MONTE CASTELO 1095								
Bairro:	JARDIM PRIMAVERA	Cidade:	SANTA BÁRBARA D'OESTE			Estado:	SP		
e-mail:	owakabara@fundacaoromi.org.br				Fone:	19-3499-1551			
Pessoa Exposta Politicamente (PEP) Resolução Coaf n.29/2017? () SIM (X) NÃO			Pessoa investigada ou acusada de terrorismo e/ou sancionadas pelo Conselho de Segurança Art. 1º da Resolução Coaf n. 31/2019? () SIM (X) NÃO						

Vem requerer: () Registro (X) Averbação à margem do registro primitivo nº 397, fls 204, livro A.

Declaro ainda, que em observância ao disposto no art. 4º parágrafo 2º do Provimento nº 61/2017 CNJ, não possuo/desconheço os dados de qualificação não constantes deste requerimento.

Instruo com os documentos e autorizo o Oficial a proceder aos demais atos eventualmente necessários

Dados bancários em caso de restituição de valores depositados:

Banco	Agência	Número da Conta	Dígito	Conta tipo
BRADESCO	2002	70061	4	() poupança (X) corrente
CHAVE PIX:	56720774000141			

Se o beneficiário NÃO for o requerente, preencher os campos abaixo:

Beneficiário:			
CPF/CNPJ:		Telefone:	

Estou ciente e de acordo, por minha conta e risco, que os documentos que compõem esse procedimento, juntamente com os demais, dos protocolos concomitantemente apresentados, se não retirados no prazo de 30 dias após o vencimento da prenotação, no caso da existência de saldo remanescente, poderão ser encaminhados, juntamente com o cheque do titular desta serventia, ao endereço supra indicado, ficando, desde já, autorizada a dedução das despesas de postagem/envio que se façam necessárias.

Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais

Este termo visa cientificar que a apresentação dos documentos no protocolo acima, implica na manifestação livre, informada e inequívoca, pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Cientificar ainda que, ao instar o Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Bárbara d'Oeste, doravante denominado Controlador, à prática do ato, o Titular tacitamente consente com o tratamento de seus dados pessoais, conforme a Política de Privacidade disponível publicamente em www.cartoriozanatta.com.br e nas dependências desta serventia.

Santa Bárbara d'Oeste, 13/07/2022

FUNDAÇÃO ROMI
Octávio Luiz Wakabara
Superintendente

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02



Fundação Romi

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Nº 008/2022

FUNDAÇÃO ROMI

DATA, HORÁRIO e LOCAL: 08 de julho de 2022 às 14:00 reunião realizada via videoconferência nos termos do artigo 12º do Estatuto Social.

PARTICIPANTES: Conselheiros em número suficiente para assegurar o quórum mínimo estabelecido no artigo 12 do Estatuto Social, a seguir relacionados:
Eugênio Guimarães Chiti, Américo Emílio Romi Neto, André Luís Romi, Maria Pia Romi Campos.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS:
Eugênio Guimarães Chiti - Presidente

CONVIDADOS:
Octávio Luiz Wakabara - superintendente
Elber Luiz Tomazella - secretário executivo

ORDEM DO DIA:

- Apreciação do parecer do Conselho Fiscal e Auditoria externa para o Balanço 2021;
- Análise e aprovação do Balanço e das Notas Explicativas de 2021.

DELIBERAÇÕES:

a) Apreciação do parecer do Conselho Fiscal e Auditoria externa para o Balanço 2021

Os conselheiros analisaram o parecer do Conselho Fiscal de 20 de maio de 2022 conjuntamente com os dados do Balanço, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditados pela auditoria externa – Deloitte Touche Tohmatsu declarando que os Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 estão aprovados e em condições de serem submetidas à deliberação do Conselho Deliberativo.

b) Análise e aprovação do Balanço e das Notas Explicativas de 2021

O Conselho Deliberativo após análise e discussão com a Superintendência considera aprovado o Balanço de 2021, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas e autoriza o registro da presente ATA em conjunto com os anexos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e sua publicação no site da Fundação Romi.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02



Fundação Romi

Anexos:

- ATA de reunião do Conselho Fiscal da Fundação Romi de 20/05/22;
- Parecer da Auditoria ao Balanço 2021, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

ENCERRAMENTO: Como nada mais houvesse a ser tratado, foi lavrada a presente ATA, assinada pelos presentes, os quais não são pessoas politicamente expostas (PEP) conforme resolução COAF nº 29/2017 e não são pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo e/ou sancionadas pelo Conselho de Segurança, Art 1º da resolução COAF nº 31/2019.

Santa Bárbara d'Oeste, 08 de julho de 2022

Pelo Conselho Deliberativo

Eugênio Guimarães Chiti

André Luis Romi

Elber Luiz Tomazella

Américo Emilio Romi Neto

Maria Pia Romi Campos

Octávio Luiz Wakabara

Dr. Leonardo Romano Soares
Promotor de Justiça

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02



4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 11 de julho de 2022, 12:27:31



ATA Reunião 08-2022 CD FR 08072022 doc
Código do documento 34b52c1d-447a-4f27-ae06-4c1dc26989bc



Assinaturas

- Octavio Luiz Wakabara
owakabara@fundacaoromi.org.br
Assinou
- Elber Luiz Tomazella
etomazella@fundacaoromi.org.br
Assinou
- Eugenio Guimarães Chiti
eugeniochiti@gmail.com
Assinou
- Americo Emilio Romi Neto
aeromi56@gmail.com
Assinou
- Andre Luis Romi
alromi@uol.com.br
Assinou
Andre Luis Romi
- Maria Pia Romi Campos
mariapia_rc@hotmail.com
Assinou
Maria Pia Romi Campos
- Leonardo Romano Soares
leonardosoares@mpsp.mp.br
Assinou

Eventos do documento

08 Jul 2022, 15:02:11

Documento 34b52c1d-447a-4f27-ae06-4c1dc26989bc **criado** por OCTAVIO LUIZ WAKABARA (34e98671-b642-44f8-89f3-705f82e72423). Email:owakabara@fundacaoromi.org.br. - DATE_ATOM: 2022-07-08T15:02:11-03:00

08 Jul 2022, 16:14:05

Assinaturas **iniciadas** por OCTAVIO LUIZ WAKABARA (34e98671-b642-44f8-89f3-705f82e72423). Email:owakabara@fundacaoromi.org.br. - DATE_ATOM: 2022-07-08T16:14:05-03:00

08 Jul 2022, 16:14:21

OCTAVIO LUIZ WAKABARA **Assinou** (34e98671-b642-44f8-89f3-705f82e72423) - Email:

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02



4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 11 de julho de 2022, 12:27:31



owakabara@fundacaoromi.org.br - IP: 187.50.152.20 (187-50-152-20.customer.tdatabrasil.net.br porta: 55378) - Documento de identificação informado: 007.144.408-41 - DATE_ATOM: 2022-07-08T16:14:21-03:00

08 Jul 2022, 16:15:32

ELBER LUIZ TOMAZELLA **Assinou** (c1fd9df8-570a-4916-abfd-12439b610984) - Email: etomazella@fundacaoromi.org.br - IP: 187.50.152.20 (187-50-152-20.customer.tdatabrasil.net.br porta: 10158) - **Geolocalização: -22.7502279 -47.4196413** - Documento de identificação informado: 278.381.288-62 - DATE_ATOM: 2022-07-08T16:15:32-03:00

08 Jul 2022, 17:18:43

EUGENIO GUIMARÃES CHITI **Assinou** - Email: eugeniochiti@gmail.com - IP: 187.183.45.181 (bbb72db5.virtua.com.br porta: 13792) - **Geolocalização: -22.745010969386055 -47.3397311178972** - Documento de identificação informado: 057.324.018-30 - DATE_ATOM: 2022-07-08T17:18:43-03:00

11 Jul 2022, 08:39:02

AMERICO EMILIO ROMI NETO **Assinou** (8556baaf-b0fb-4f4e-89fc-6d803e02e9c5) - Email: aeromi56@gmail.com - IP: 201.69.221.55 (201-69-221-55.dial-up.telesp.net.br porta: 33052) - **Geolocalização: -22.7112 -47.2928** - Documento de identificação informado: 016.334.888-02 - DATE_ATOM: 2022-07-11T08:39:02-03:00

11 Jul 2022, 09:48:20

ANDRE LUIS ROMI **Assinou** (2a2ce7b6-f642-418f-a9b9-9ea989e0f5a1d) - Email: alromi@uol.com.br - IP: 189.0.17.134 (ip-189-0-17-134.user.vivozap.com.br porta: 31394) - Documento de identificação informado: 089.555.168-35 - DATE_ATOM: 2022-07-11T09:48:20-03:00

11 Jul 2022, 09:58:44

MARIA PIA ROMI CAMPOS **Assinou** - Email: mariapia_rc@hotmail.com - IP: 187.90.218.104 (ip-187-90-218-104.user.vivozap.com.br porta: 2030) - Documento de identificação informado: 057.324.458-89 - DATE_ATOM: 2022-07-11T09:58:43-03:00

11 Jul 2022, 11:32:11

LEONARDO ROMANO SOARES **Assinou** - Email: leonardosoares@mpsp.mp.br - IP: 179.125.253.159 (179-125-253-159.dynamic.desktop.com.br porta: 27372) - Documento de identificação informado: 220.435.828-28 - DATE_ATOM: 2022-07-11T11:32:11-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e4014305d0f3759c306adac76078029a3c3bfe76fac790e4fdb31ec6e579c1
(SHA512):776323ca399c18b9a150533e6a7575fe1c2e31e5f8a74fa8486c7bcb62a5ea9130eff4d430a62c6e2670783fb08f59fccaec7c86a4f85a252e7c50aa0278f55

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Fundação Romi procedeu ao exame das informações disponibilizadas e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu, DECLARA que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 estão aprovados e em condições de serem submetidas à deliberação do Conselho Deliberativo.

Santa Bárbara d'Oeste, 20 de maio de 2022

Marialda da Silva

Jaime Augusto de Campos

Jorge Luiz Tietz

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 -
1º andar - Techno Plaza Corporate -
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP
Brasil

Tel.: + 55 (19) 3707-3000
Fax: + 55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Romi

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Romi ("Fundação ou Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado (superávit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Romi em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - PME e Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Fundação aguarda o deferimento junto aos órgãos competentes para renovação do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ("CEBAS"). Conforme informado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a certificação da Fundação está válida até o julgamento do processo pelo ministério competente e, desta forma, está amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, SAT e terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas - PME e Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de maio de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

FUNDAÇÃO ROMI

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em reais - R\$)

	Nota	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.256	191.338
Aplicações financeiras	3	43.252.786	41.342.327
Juros sobre capital próprio	4	454.292	2.343.766
Mensalidades escolares a receber	5	410.125	422.355
Outros créditos		449.915	28.280
		<u>44.575.374</u>	<u>44.328.066</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	3	3.504.798	1.708.483
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	30.204.109	25.347.827
Outros investimentos	3	-	2.918.239
Imobilizado	6	9.363.045	8.307.338
		<u>43.071.952</u>	<u>38.281.887</u>
Total do ativo		<u>87.647.326</u>	<u>82.609.953</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		293.073	69.566
Projetos educacionais e culturais vinculados	15	135.917	176.277
Salários e encargos sociais		813.577	619.698
Adiantamento de mensalidades escolares		900.209	799.393
Total do passivo		<u>2.142.776</u>	<u>1.664.934</u>
Patrimônio social	7		
Superávit acumulado		57.554.003	57.850.754
Ajuste de avaliação patrimonial		27.950.547	23.094.265
Total do patrimônio social		<u>85.504.550</u>	<u>80.945.019</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u>87.647.326</u>	<u>82.609.953</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/(DÉFICIT) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Receitas:			
Doações da mantenedora	17	990.869	948.019
Receitas financeiras		2.405.387	1.012.939
Mensalidades escolares	5	7.066.981	5.682.351
Juros sobre capital próprio e dividendos	4	1.274.610	3.609.400
Outras doações		56.178	82.620
Outras receitas		121.233	132.086
Trabalho Voluntário	2.12	171.600	161.897
Recursos incentivados e convênios:			
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632		7	141
Projeto Imagens Reveladas-PRONAC 185305		72.450	47.532
Projeto Capoeira Socioeducativa-PRONAC 185461		8.298	-
Projeto Ninho Musical-PRONAC 193781		32.694	-
Projeto Pres. Dos Desenhos Técnicos-PRONAC 203927		31.424	-
Projeto Estação Criativa PROAC		99.999	-
		<u>12.331.730</u>	<u>11.676.985</u>
Despesas			
Educação:			
Núcleo de Educação Integrada - NEI – Inf. I ao 3º ao Ensino Médio	13.1	(8.339.772)	(6.875.620)
Cultura:			
Centro de Documentação Histórica - CEDOC	13.2	(596.291)	(555.421)
Estação Cultural	13.2	(326.453)	(302.611)
Outras Despesas:			
Trabalho Voluntário	2.12	(171.600)	(161.897)
Outras despesas diversas	14	(9.601)	(24.511)
Despesas com projetos incentivados e convênios:			
Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632	15	(7)	(141)
Projeto Imagens Reveladas-PRONAC 185305	15	(64.603)	(47.532)
Projeto Capoeira Socioeducativa-PRONAC 185461	15	(7.878)	-
Projeto Ninho Musical-PRONAC 193781	15	(32.694)	-
Projeto Pres. Dos Desenhos Técnicos-PRONAC 203927	15	(19.346)	-
Projeto Estação Criativa PROAC	15	(99.999)	-
		<u>(9.668.244)</u>	<u>(7.967.733)</u>
Superávit operacional		<u>2.663.486</u>	<u>3.709.252</u>
Outros resultados			
Despesas financeiras		(2.953.387)	(58.280)
Baixa de imobilizado		(6.850)	(373)
		<u>(2.960.237)</u>	<u>(58.653)</u>
Superávit/(déficit) do exercício		(296.751)	3.650.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

FUNDAÇÃO ROMI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (SUPERÁVIT) ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit/(déficit) do exercício	(296.751)	3.650.599
Outros componentes do resultado (superávit) abrangente:		
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>4.856.282</u>	<u>667.964</u>
Total do resultado (superávit) abrangente do exercício	<u>4.559.531</u>	<u>4.318.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

FUNDAÇÃO ROMI

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO NO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais - R\$)**

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Total do patrimônio social</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.200.155	22.426.301	76.626.456
Total do resultado abrangente do exercício:			
Superávit do exercício	3.650.599	-	3.650.599
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	667.964	667.964
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.850.754	23.094.265	80.945.019
Total do resultado abrangente do exercício:			
Déficit do exercício	(296.751)	-	(296.751)
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.856.282	4.856.282
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>57.554.003</u>	<u>27.950.547</u>	<u>85.504.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(déficit) do exercício	(296.751)	3.650.599
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	535.948	474.828
Baixa de imobilizado	6.850	373
Provisão para perda de crédito esperada na realização de outros investimentos	2.918.239	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Outros valores a realizar	(421.635)	27.393
Juros sobre capital próprio e dividendos	(1.274.610)	(3.609.400)
Mensalidades escolares (NEI)	12.230	(188.836)
Fornecedores	223.507	(324.323)
Projetos culturais vinculados	(40.360)	18.826
Salários e encargos sociais	193.879	45.907
Adiantamento de mensalidades escolares	100.816	11.736
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>1.958.113</u>	<u>107.103</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aplicações financeiras e outros investimentos	(3.706.774)	(2.018.941)
Aquisição de imobilizado	(1.598.505)	(553.631)
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	3.164.084	2.278.141
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.141.195)	(294.431)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(183.082)</u>	<u>(187.328)</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	191.338	378.666
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	8.256	191.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

FUNDAÇÃO ROMI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Romi ("Fundação" ou "Entidade"), constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Barbara d'Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação, declarada de utilidade pública federal (Decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (Decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (Decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme Processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, Processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, conforme Portaria 434 de 4 de maio de 2021 publicada no DOU de 5 de maio de 2021. Em 15 de abril de 2020 foi requerido renovação tempestiva para o triênio seguinte 2021, 2022 e 2023 em manutenção ao CEBAS/Educação. Em 23/03/2022 foi publicado no DOU a Portaria 549 de 22/03/2022 onde o Ministério deferiu o CEBAS à Fundação Romi como concessão, quando o correto seria como renovação. Em 14/04/2022 foi protocolado recurso para alteração do deferimento para renovação e retificação do período com validade de 01/01/2021 a 31/12/2023. Em 23/04/2019, 15/04/2020 e 29/04/2021, foi encaminhada tempestivamente as prestações de contas anual, referente a 2018, 2019 e 2020, respectivamente, com relatório anual de monitoramento ao MEC."

Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, SAT e terceiros.

A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, na forma do artigo 209 da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislação aplicável; assistir a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente as potencialidades cidadãs de tais pessoas; promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d'Oeste e região.

A Entidade conta com um Fundo Patrimonial ("FP"), composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente até o limite de 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior, o qual em 2021 representou 3,66% do "FP".

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Fundação Romi

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo.

2.2. Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos públicos (LTN, LFT e NTN) e títulos privados, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da entidade para a gestão destes ativos financeiros. A Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Fundação Romi

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem mensalidade escolares a receber.

- d) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Entidade avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Entidade ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros investimentos não circulantes.

- e) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Entidade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos da seção 12.2 do Pronunciamento Técnico PME. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Fundação Romi

f) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

g) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para o saldo de mensalidades a receber, a Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios da seção 12.2 do Pronunciamento Técnico PME forem atendidos. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Não há instrumentos dessa categoria em 31 de dezembro de 2021.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As doações de bens para imobilização são contabilizadas pelo seu respectivo valor de mercado, tendo como contrapartida, receita no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidade.

2.8. Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo

A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável.

2.9. Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas. As verbas recebidas pela Entidade direcionadas à execução de projetos sociais de cunho educacional ou cultural, bem como a receita financeira resultante da aplicação destes recursos antes de sua alocação aos referidos projetos, são reconhecidas como na rubrica "Projetos Educacionais e Culturais Vinculados", no passivo, e apropriadas ao resultado à medida que os gastos relacionados aos projetos são incorridos, conforme nota explicativa nº 15. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Fundação Romi

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade provável de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

2.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Entidade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação.

2.12. Trabalho voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.256	191.338
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.256</u>	<u>191.338</u>
Fundos referenciados DI (a)	3.271.004	3.598.541
Fundos multimercado (a)	16.338.853	15.665.191
Fundos de renda fixa (a)	27.147.727	23.787.078
Outros investimentos (b)	-	2.918.239
Total de aplicações financeiras	<u>46.757.854</u>	<u>45.969.049</u>
Classificado como:		
Circulante	43.261.042	41.533.665
Não circulante	3.504.798	4.626.722
	<u>46.765.840</u>	<u>46.160.387</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundos, sendo que estes, pulverizados em suas estratégias, apresentam de forma preponderante, mas não exclusiva, em suas carteiras: títulos públicos da dívida federal, títulos pós-fixados referenciados em DI (depósito interbancário) ou índices de preços (NTN-B), CDBs (certificados de depósito bancário) atrelados ao CDI (certificado de depósitos interbancários), letras financeiras de grandes bancos nacionais, debêntures, taxas de juros e inflação, contratos de índices, moedas, ações, sendo todos, registrados a preços e taxas de mercado, em ambientes certificados legais e autorizados (CETIP, CBLC, bancos custodiantes) e estão registradas por seus respectivos valores justos.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

- (b) A Entidade possui uma aplicação financeira de longo prazo com expectativa de recebimento por meio da alienação do imóvel dado em garantia nos certificados de recebíveis imobiliários, CRI-OAS no montante de R\$ 2.918.239. Este investimento encontra-se sob o controle da assembleia de cotistas, a qual em tempo hábil, logo após o não pagamento no vencimento em 31/01/2015, executou a garantia, que era o terreno, objeto do Certificado, de lá para cá vem fazendo todas as tratativas judiciais cabíveis para a liberação do imóvel a sua alienação em busca de resgate do investimento. Atualmente o imóvel encontra-se alugado para Allpark Empr. Part. Serv. S.A. (Estapar), como estacionamento da Arena Portoalegrense (Estádio do Grêmio) gerando receita mensal suficiente para cobertura de custos operacionais de manutenção corrente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido as incertezas jurídicas e econômicas que envolvem o tema e exauridas as possibilidades substanciais de realização deste ativo, a Administração da Entidade avaliou e concluiu-se pela necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada no montante de R\$ 2.918.239.

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros referem-se a ações de Indústrias Romi S.A. os quais foram caracterizados, para fins de reconhecimento e mensuração, como disponíveis para venda. Portanto, o ajuste a valor de mercado desse ativo tem como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio social, até a sua realização, no valor de R\$30.204.109 (R\$25.347.827 em 2020).

A seguir a demonstração do cálculo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda das ações da Indústrias Romi S.A.:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Indústrias Romi S.A.</u>		
Quantidade de ações ordinárias nominativas (participação equivalente a aproximadamente 2,23721277%)	1.640.636	1.640.636
Valor da ação no último dia útil do exercício findo em 31 de dezembro	18,41	15,45
	30.204.109	25.347.827

Juros sobre Capital Próprio referente a participação na Indústrias Romi S.A.:

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Indústrias Romi S.A. aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio conforme abaixo da qual houve o reconhecimento desses valores no resultado da Fundação Romi conforme abaixo:

- (a) Em 16 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Indústrias Romi S.A, sendo o valor recebido de R\$246.095 em 28 de abril de 2021
- (b) Em 8 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Indústrias Romi S.A, sendo o valor recebido de R\$196.876 em 20 de julho de 2021
- (c) Em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Indústrias Romi S.A, cujo valor a receber durante o exercício de 2022 será de R\$213.283, e também nesta data foi aprovada a distribuição de dividendos, sendo o valor recebido de R\$377.346 em 28 de outubro de 2021
- (d) Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Indústrias Romi S.A, sendo o valor recebido de R\$241.009 em 26 de janeiro de 2022.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Totalizando um montante reconhecido no ano de 2021 de R\$1.274.610. Em 2021 foi recebido um montante total de R\$3.164.084 (R\$820.318 referente a 2021 e R\$2.343.766 referente a 2020), remanesecendo desta forma um saldo a receber de R\$454.292 em 31 de dezembro de 2021.

5. MENSALIDADES ESCOLARES

A Entidade possui mensalidades escolares a receber no montante de R\$410.125 (2020 - R\$422.355).

Apresentamos a seguir as receitas com as mensalidades escolares, bolsas concedidas e os descontos praticados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensalidade - Núcleo de Educação Integrada (NEI)	9.079.538	7.945.293
Multa Rescisória de Contrato - NEI	10.428	24.789
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - NEI	(1.174.877)	(996.337)
Bolsa Legal 50% - Lei 12101/2009 - NEI	(54.780)	(64.302)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - NEI	(593.716)	(602.070)
Bolsa Mérito	(12.636)	(12.264)
Desconto Promocional - NEI	(186.976)	(612.758)
Total líquido das receitas com mensalidades escolares	<u>7.066.981</u>	<u>5.682.351</u>

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Edificações	4	7.930.167	7.764.905
Máquinas e equipamentos	10	22.457	21.928
Móveis e utensílios	10	1.875.654	1.692.447
Veículos	20	114.895	114.895
Pátios	10	328.193	328.193
Equipamentos de informática	20	1.455.359	1.418.490
		<u>11.726.725</u>	<u>11.340.858</u>
Depreciação acumulada		(5.293.063)	(4.768.758)
		<u>6.433.662</u>	<u>6.572.100</u>
Terrenos		<u>1.735.238</u>	<u>1.735.238</u>
Obras em andamento		1.194.145	-
		<u>9.363.045</u>	<u>8.307.338</u>

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	8.307.338	8.228.908
Imobilizações	404.360	553.631
Obras em andamento	1.194.145	-
Baixas	(6.850)	(373)
Depreciação	(535.948)	(474.828)
Saldo em 31 de dezembro	<u>9.363.045</u>	<u>8.307.338</u>

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

As receitas da Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais. De acordo com previsão estatutária, Capítulo VIII - Artigo 24, na eventual extinção da Fundação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere ou afim, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Santa Bárbara d'Oeste ou na região do município, que esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo, ouvido o Ministério Público.

8. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite que a Entidade, a qualquer momento, o suspenda ou descontinue suas contribuições de forma permanente. O custeio desse plano é suportado pela Entidade e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições efetuadas pela Entidade em 2021 foi de R\$8.758 (R\$8.758 em 2020).

9. COBERTURA DE SEGUROS

As políticas de seguros adotadas pela Entidade garantem coberturas levando em conta o limite de perda máxima provável, causados a edifícios, instalações e equipamentos, como segue:

Ativos	Risco coberto	Vigência	Valor da cobertura
Prédios e conteúdos	Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos), raio, explosão e implosão	16/01/2022	4.809.952
Prédios e conteúdos	Roubo / Furto qualificado	16/01/2022	200.000
Prédios e conteúdos	Danos elétricos	16/01/2022	200.000
Prédios e conteúdos	Equipamentos Eletrônicos sem roubo	16/01/2022	200.000
Prédios e conteúdos	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, fumaça, queda de aeronave, impacto de veículos terrestres e fumaça	16/01/2022	1.000.000
Prédios e conteúdos	Inclusões / Exclusões de bens / locais e alterações de valores	16/01/2022	1.000.000
Prédios e conteúdos	Erros e omissões	16/01/2022	100.000
Prédios e conteúdos	Custo de preparação de reclamação de sinistros	16/01/2022	100.000

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.

11. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade, na condição de entidade beneficente de assistência social, portadora do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme item 1 - Contexto Operacional goza da imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio social, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que assegurem esta imunidade, a qual sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

12. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em atendimento à Lei 12.868/2013 que alterou a Lei 12.101/09 e ao Decreto 8.242/2014 que substituiu o Decreto 7.237/10, os valores devidos relativos a isenções referentes à contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e terceiros garantidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$1.693.606 (R\$1.393.625 em 2020).

13. INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

As informações relativas aos números de atendimentos foram obtidas dos controles internos definidos pela Entidade para tal finalidade. Considerando que essas informações são de natureza gerencial, portanto não sujeitas a procedimento de auditoria, as mesmas devem ser identificadas como decorrentes de controles internos julgados adequados pela Administração da Entidade.

13.1. Educação

13.1.1. Núcleo de Educação Integrada – NEI

NEI, escola regular, da educação infantil ao ensino médio, num ambiente de educação integrada, de convivência, aprendizagem e interação social, capaz de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional. Ao habilitá-los, através de desafios, busca-se uma aprendizagem contínua e formação geral de seus alunos.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

	2021		2020	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Despesas/custos totais	73.471	9.262.516	6.434	7.733.652
Custo da Escola	-	8.339.772	-	6.875.620
Total alunos beneficiados	815	-	716	-
Alunos Pagantes	655		564	
Bolsa Legal 100% em tempo integral	96		86	
Bolsa Legal 50% em tempo integral	9		10	
Bolsa Convenção	54		55	
Bolsa Mérito	1		1	

13.2. Cultura

13.2.1. Centro de Documentação Histórica – CEDOC

O Centro de Documentação Histórica é um espaço de guarda do acervo documental relativo ao patrimônio histórico da cidade e região, onde os frequentadores podem observar e vivenciar os trabalhos do Arquivo, assim como participar da mediação e relação do público com o acervo. Além do processamento técnico que permite o conhecimento histórico, tem na Educação Patrimonial, o seu projeto mais relevante, o acesso de estudantes, do município e região, a todo esse processo da construção do conhecimento e do elo afetivo com o meio onde vive e a ampliação do universo cultural. O envolvimento afetivo com a história de Santa Bárbara d'Oeste e região permite uma atenção maior da comunidade no que diz respeito à sua participação no destino do seu município.

	2021		2020	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
Custo do Projeto	-	596.291	-	555.421
Pesquisas diretas e on-line	1.530	-	1.662	-
Ações extramuros (60 anos + CEDOC em Movimento + CEDOC vai à escola + História da Cidade)	51.540	-	-	-
Visita monitorada	125		-	
Curso de Conservação de chapas em vidro e filmes fotográficos (Ação do projeto Imagens Reveladas Tesouros Escondidos)	-		15	
Revelando Memórias	-		3	
Total de beneficiados no CEDOC	53.195	-	1.680	-

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

13.2.2. Estação Cultural

Inaugurada em 2007, a Estação Cultural ocupa a centenária estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, revitalizada e mantida pela Fundação Romi. Em sua trajetória aproximadamente 200 mil pessoas já foram beneficiadas, gratuitamente, por meio de oficinas livres, culturais e de formação, projetos de fomento à economia criativa, de elevação do status cultural e de ações socioeducativas. A Estação Cultural é um lugar de encontros plurais e multiculturais onde a comunidade pode aprimorar a sua percepção acerca da cultura local e regional, divulgar valores, trocar vivências, adquirir conhecimentos, experimentar emoções, elaborar pensamentos, tomar iniciativas e ajudar a constituir a identidade cultural da cidade e região.

	2021 Atendimentos (não auditado)	2021 Valor investido	2020 Atendimentos (não auditado)	2020 Valor investido
Custo do Projeto	-	326.453	-	302.611
Oficinas Culturais - formação e geração de renda – beneficiados:-ON LINE em 2021	585	-	1.567	-
Teatro na Estação - formação de público – participantes:-ON LINE em 2020	-	-	948	-
Música na Estação - formação de público – participantes	4.971	-	100	-
Projeto Ninho Musical 2020 - Alunos e Apresentação	-	-	166	-
Projeto Capoeira Socioeducativa	115	-	63	-
Encontros, Feiras e Exposições - Beneficiados/participantes	12.234	-	770	-
Visitas espontâneas: -Memorial da Ferrovia	481	-	424	-
Dança na estação	870	-	-	-
Literatura na estação	110	-	-	-
Projeto Ninho Musical PRONAC 193781	95	-	-	-
Total de participantes/beneficiados da Estação Cultural	19.461	-	4.038	-

14. OUTRAS DESPESAS DIVERSAS

Despesas tributárias, com seguros e despesas diversas no montante de R\$9.601 (2020 R\$24.511).

15. PROJETOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS VINCULADOS

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Projeto de formação de músicos para orquestra, aprovado pelo MinC - Ministério da Cultura através da Lei Rouanet (Lei 8313/1991) pela Portaria 315 de 02/06/2015 (DOU 03/06/2015), no valor de R\$149.279, com captação parcial de R\$60.000, através de patrocínio da empresa CCR - Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. em outubro de 2016. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2017 e encerrou sua execução em 31/12/2018.

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Saldo em 31 de dezembro de 2016	60.411
Recursos recebidos em 28 de dezembro de 2017	60.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2017	2.183
Valor utilizado no exercício de 2017	(58.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.950

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2018	1.884
Valor utilizado no exercício de 2018	(60.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.610
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2019	270
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.880
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2020	141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>6.021</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	7
Valor devolvido ao projeto no exercício de 2021	(6.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

Projeto Imagens Reveladas Pronac 185305

O Projeto "Imagens Reveladas. Tesouros Escondidos": processamento técnico de 2.500 negativos da coleção do fotográfico Augusto Strazdin, pertencentes ao acervo do CEDOC da Fundação Romi, criando a partir do acervo ações educativas, aprovado pela Lei de incentivo à cultura 8313/1991 através da Portaria 0628/19 de 23/10/2019 (DOU 23/10/2019), no valor de R\$148.368,70, através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A.. Iniciou suas atividades em 1 de março de 2019, e continua em execução.

Projeto Imagens Reveladas Pronac 185305

Recursos recebidos no exercício de 2019	148.369
Valor utilizado no exercício de 2019	(9.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	138.489
Valor utilizado no exercício de 2020	(47.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>90.957</u>
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	802
Valor utilizado no exercício de 2021	(64.603)
Aquisição de Imobilizado 2021	(7.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.309

Projeto Capoeira Socioeducativa Pronac 185461

O projeto Capoeira Socioeducativa é destinado prioritariamente a crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade social, mas não limitadas a eles, tampouco à faixa etária, identidade ou gênero. Visa desenvolver a socialização, a concentração, a atenção, a confiança e o respeito pelo outro, envolvendo a família e a sociedade de maneira geral, mostrando que a capoeira é um esporte saudável e propagando a cultura da paz e da não violência, recebeu o aporte no valor de R\$11.486,00, através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A., com execução iniciada em 2021.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Projeto Capoeira Socioeducativa Pronac 185461

Recursos recebidos no exercício de 2019	11.486
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.486
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.486
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	101
Valor utilizado no exercício de 2021	(7.878)
Aquisição de Imobilizado 2021	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.289

Projeto Ninho Musical 193781

O Ninho Musical é um projeto de formação de música orquestral onde o público beneficiado recebe gratuitamente capacitação musical, por meio de aulas teóricas e práticas. O projeto prevê ainda apresentações públicas dos grupos orquestrais formados, ampliando o universo cultural, a aceitação e o interesse da população por gêneros musicais que não fazem parte do seu contexto cultural habitual, recebeu o aporte através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A., com execução iniciada em 2021.

Projeto Ninho Musical 193781

Recursos recebidos no exercício de 2020	67.813
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.813
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	1.057
Valor utilizado no exercício de 2021	(32.694)
Devolução de valor depositado a maior ao Fundo Nacional da Cultura 2021	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.171

Projeto Preservação Dos Desenhos Técnicos - PRONAC 203927

O projeto Preservação do acervo de desenhos técnicos do CEDOC da Fundação Romi tem como objetivo a conservação, democratização e o acesso a esses documentos históricos pertencentes ao acervo da instituição que corroboram para a identidade e memória de Santa Bárbara d'Oeste como cidade pioneira na fabricação do primeiro carro nacional, através do processamento técnico documental, oficina de preservação de desenhos técnicos, exposição itinerante e palestras. Recebeu o aporte através de patrocínio da empresa Indústrias Romi S.A. com execução iniciada em 2021.

Projeto Preservação Dos Desenhos Técnicos - PRONAC 203927

Recursos recebidos no exercício de 2021	106.720
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2021	1.851
Valor utilizado no exercício de 2021	(19.346)
Aquisição de Imobilizado 2021	(12.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	77.147

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

Projeto Estação Criativa PROAC

Prêmio do edital PROAC EXPRESSO Lei Aldir Blanc Nº 60/2020 – eixo de premiação, mostras, festivais no estado de São Paulo, pela cota INTERIOR, apresentado pelo Ministério do Turismo, Secretaria especial da Cultura e Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, a Estação Cultural da Fundação Romi. A proposta teve como ações a realização de Oficinas Culturais, a feira de arte, cultura e gastronomia intitulada Estação Artesanal e Estação Musical, exposições de artistas no ramo da música durante as edições da Estação Artesanal.

Projeto Estação Criativa PROAC

Recursos recebidos no exercício de 2021	100.000
Valor utilizado no exercício de 2021	<u>(99.999)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2020	<u>176.277</u>
Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2021	<u>135.917</u>

16. CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui um processo cível no montante de R\$431.419 (2020 - R\$347.153), para o qual a Administração apoiada por seus consultores jurídicos entende que a probabilidade de perda é possível. O respectivo processo de nº 0000254-48.2008.8.26.0533 encontra-se na 3ª vara civil de Santa Barbara d'Oeste, onde a autora Rhicel Engenharia e Construções Ltda. pede o pagamento de parte do valor de contrato de empreitada global, a Fundação por sua vez já efetuou os pagamentos devidos ao serviço prestado. Nenhuma provisão foi constituída.

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos e transações com a parte relacionada Indústrias Romi S.A. são os seguintes:

- (a) A Indústrias Romi S.A. presta serviços administrativos, contábeis e folha de pagamento a Fundação Romi o qual totalizou no ano de 2021 R\$19.725 (R\$18.794 em 2020), remanescendo o saldo a pagar de R\$5.301 em 31 de dezembro de 2021 (R\$4.808 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) A Indústrias Romi S.A. realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pelo Ministério Público, Promotoria de Justiça, Curadoria de Fundações, as doações do exercício de 2021 totalizaram R\$990.869 (2020 - R\$948.019).
- (c) Os membros pertencentes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal não são remunerados.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A, sendo o valor recebido de R\$241.009 em 26 de janeiro de 2022.
- (ii) Em 1º de fevereiro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários pela Romi S.A. referente ao exercício de 2021, no valor de R\$164.064, recebido em 22 de março de 2022.
- (iii) Em 15 de março de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio pela Romi S.A, sendo o valor recebido de R\$278.908 em 18 de maio de 2022.

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 241,22	R\$ 68,76	R\$ 47,23	R\$ 12,86	R\$ 16,45	R\$ 11,70	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 410,02

Fundação Romi

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 20 de maio de 2022.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02



30 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 01 de junho de 2022, 17:25:06



Ata CF-FR 20 05 22 docx

Código do documento e2382673-8c4a-4ec6-8188-421ebaad755a

Anexo: 2022CA013062_VF.pdf



Assinaturas



Marialda da Silva
marialdas@gmail.com
Assinou



Jaime Augusto de Campos
jaime_campos@terra.com.br
Assinou



Jorge Luiz Tietz
servcontjlt@uol.com.br
Assinou

Eventos do documento

30 May 2022, 17:16:44

Documento e2382673-8c4a-4ec6-8188-421ebaad755a **criado** por OCTAVIO LUIZ WAKABARA (34e98671-b642-44f8-89f3-705f82e72423). Email:owakabara@fundacaoromi.org.br. - DATE_ATOM: 2022-05-30T17:16:44-03:00

30 May 2022, 17:28:12

Assinaturas **iniciadas** por OCTAVIO LUIZ WAKABARA (34e98671-b642-44f8-89f3-705f82e72423). Email:owakabara@fundacaoromi.org.br. - DATE_ATOM: 2022-05-30T17:28:12-03:00

31 May 2022, 10:46:07

MARIALDA DA SILVA **Assinou** - Email: marialdas@gmail.com - IP: 187.104.190.132 (bb68be84.virtua.com.br porta: 52800) - Documento de identificação informado: 204.351.508-04 - DATE_ATOM: 2022-05-31T10:46:07-03:00

01 Jun 2022, 15:20:53

JAIME AUGUSTO DE CAMPOS **Assinou** - Email: jaime_campos@terra.com.br - IP: 177.135.169.91 (west.static.gvt.net.br porta: 43698) - **Geolocalização: -22.7379663 -47.5630259** - Documento de identificação informado: 028.486.798-59 - DATE_ATOM: 2022-06-01T15:20:53-03:00

01 Jun 2022, 16:29:10

JORGE LUIZ TIETZ **Assinou** - Email: servcontjlt@uol.com.br - IP: 177.139.224.126 (177-139-224-126.dsl.telesp.net.br porta: 48770) - **Geolocalização: -22.7502279 -47.4196413** - Documento de identificação informado: 073.693.118-05 - DATE_ATOM: 2022-06-01T16:29:10-03:00

Protocolo nº 20738 de 17/08/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 20738 em 25/08/2022 e averbado no registro primitivo nº 397 deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE SANTA BÁRBARA DOESTE. Assinado digitalmente por ALEX FABIANO STEFANEL - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02



30 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 01 de junho de 2022, 17:25:06



Hash do documento original

(SHA256):0cc7fe496dc42d84813607259928273d79a5869dcd5a28622067a1ccf9737ee8
(SHA512):37212cbb3325af5c430674d926d6969f5a69821b710e6bb83f839460dee91c1a80beeaed3a19f29fd69fa0b946357d22daf3e56a7b8942c8dc7834970b3273

Hash dos documentos anexos

Nome: 2022CA013062_VF.pdf
(SHA256):1f4c085c232095a8f22745852bd5015ae9aef7d3ac90bd2de7421e20ec757d01
(SHA512):7a16ae34f89f92ffe7e157fefed7717d407dbf519a4d8ea0e36d0fb867422ca1202102d444e3eb4c4a1a3d9d3daeaedf6e0c1ae4d9b5b9bccdd16f010bd8954ea

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
RS 241,22	RS 68,76	RS 47,23	RS 12,86	RS 16,45	RS 11,70	RS 11,80	RS 0,00	RS 0,00	RS 410,02

Elber Luiz Tomazella

De: Eugenio Chiti <eugeniochiti@gmail.com>
Enviado em: terça-feira, 28 de junho de 2022 09:42
Para: Adriana Romi; André Luis Romi; Américo Emílio Romi Neto; Carlos Guimarães Chiti; Maria Pia Romi Campos; Patrícia Romi Cervone; Luiz Cassiano Rando Rosolen; Octávio Luiz Wakabara
Cc: Elber Luiz Tomazella
Assunto: Convocação para aprovação das demonstrações financeiras de 31/12/2021

Prezados Conselheiros:

Em atenção aos artigos 10 a 14 do Estatuto Social da Fundação Romi ficam os membros do conselho deliberativo (CD) convocados para a reunião ordinária a realizar-se em 08 de julho de 2022 as 14:00 via videoconferência.

Ordem do Dia:

- Apreciação do parecer do Conselho Fiscal e Auditoria externa para o Balanço 2021
- Análise e aprovação do Balanço e das Notas Explicativas de 2021.

Atenciosamente,

Eugênio Guimarães Chiti
Presidente

Enviado do meu iPhone